

“A população precisa de respostas rápidas. E daremos”

Natural de Porto Alegre (RS), começou na magistratura catarinense em 1983, quando assumiu como juiz substituto na comarca de Lages. Foi promovido a juiz de Direito em 1985, na comarca de Trombudo Central, e atuou ainda em Orleans, São Miguel do Oeste, Lages e Capital. Promovido em 1999 a juiz de segundo grau, assumiu como desembargador em 2002. Na atual gestão, exerce o cargo de 1º vice-presidente. Nesta circunstância, por força regimental, é presidente de todas as comissões no âmbito do Tribunal de Justiça, com destaque para a comissão de concurso para ingresso na carreira da magistratura de Santa Catarina. Em dois anos, concluiu um certame seletivo para juízes e encontra-se com outro em tramitação. Concluiu igualmente concurso para ingresso na atividade notarial e registral no Estado. No início de dezembro, foi eleito presidente do TJ-SC para o biênio 2016/2018. A posse está marcada para o final de janeiro.



[PeloEstado] - Quando o senhor assume a presidência do TJ-SC e o que representa sua eleição para o Poder?

José Antônio Torres Marques - Assumo a presidência dia 29 de janeiro de 2016 e o desafio se renova. As eleições para o corpo diretivo é um ato democrático do Poder Judiciário. A cada dois anos, os membros do Tribunal Pleno, composto por todos os desembargadores, elegem o presidente, vices e corretores. É um mecanismo de reafirmação da autonomia do Poder Judiciário.

[PE] - Garantir a Justiça exige recursos vultosos, mas estamos em uma fase negativa da economia. Como lidar com isso?

Marques - A criatividade e a responsabilidade fiscal serão o tom da administração. Readequação de atividades, aproveitamento do parque instalado do Poder Judiciário, investimento nas experiências exitosas, cobrança de resultados, enfim, reconhecimento dos membros do Poder Judiciário que se dedicam à atividade fim: efetividade da prestação jurisdicional.

[PE] - O que pretende fazer para ajustar o TJ-SC à realidade atual?

Marques - Investir no processo eletrônico, no monitoramento das atividades de servidores e magistrados, no fomento das práticas exitosas e, fundamentalmente, atitude ativa na consecução da missão do Poder Judiciário, que é o de prestar o serviço jurisdicional com presteza e qualidade.

[PE] - O senhor tem planos de expansão da atuação da Justiça catarinense no in-

terior do estado?

Marques - Ao mesmo tempo em que a ampliação do acesso à Justiça exige novas unidades, sofremos com a redução nominal do repasse. Assim é que precisaremos verificar o que há de mais urgente e buscar readequar as Varas e Magistrados. O que importa é que possamos, reafirmo, com criatividade e responsabilidade, entregar uma prestação jurisdicional mais célere.

[PE] - O que deve pautar seu relacionamento com os outros poderes?

Marques - Respeito, independência e interesse público. A sociedade exige atuação firme do Poder Judiciário nas esferas do crime, do direito do consumidor, dentre outras, com menos custos e tempo. O diálogo republicano é o que faremos.

[PE] - Quais os desafios da Justiça brasileira? E da catarinense?

Marques - O desafio da Justiça é a diminuição do tempo entre a propositura de ações e a efetiva prestação jurisdicional. Enfrentaremos a questão dos grandes litigantes, ou seja, empresas que são litigantes habituais e com sua renitência acabam abarrotando as unidades com demandas repetitivas, propondo tratamento diferenciado. No crime e no combate à corrupção, teremos reforço no julgamento célere e efetivo. Enfim, a população precisa de respostas rápidas. E daremos. Esse o compromisso do Poder Judiciário Catarinense.

[PE] - Há falta de juízes em Santa Catarina? Se sim, em que dimensão e como resolver isso?

Marques - Estamos no decorrer de um concurso público para preenchimento das vagas em aberto. A relação entre Juízes e população em Santa Catarina exigiria o aumento do Poder Judiciário. Precisamos ser realistas e nos reinventarmos. Não podemos esperar aumento do orçamento. Vamos reforçar o que temos.

Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Orçamento: R\$ 1,3 bi

Magistrados: 504 (62 desembargadores, 30 juízes de 2º grau e 412 juízes de 1º grau)

Servidores: 6,8 mil

Comarcas: 111, abrangendo todos os municípios do estado

Varas: 219 (unidades jurisdicionais)

Prédios: 150 (total de 300 mil m² de área construída)

Movimentação: 1º Grau (comarcas) – 2,3 milhões de processos em tramitação

2º Grau (TJ) – 130 mil processos (recursos e apelações) em trâmite

Avalanche de processos impulsiona busca por soluções alternativas de conflito em SC

O Poder Judiciário de Santa Catarina encerra o ano de 2015 com cerca de 2,4 milhões de processos em tramitação em 1º e 2º graus de jurisdição. No 1º Grau, integrado por 402 juízes distribuídos em 219 varas de 111 comarcas, estão em andamento 2,3 milhões de ações. No 2º Grau, composto por 62 desembargadores e 26 câmaras do Tribunal de Justiça, tramitam mais 130 mil recursos e apelações.

Uma verdadeira avalanche, ainda que a produtividade do magistrado catarinense esteja entre as três maiores do país: ele julga em média 2 mil ações por ano. Em 2015, quando foi necessário contingenciar cerca de R\$ 60 milhões do orçamento originalmente previsto, o TJ não instalou novas comarcas. Limitou-se a implantar uma Unidade Judiciária de Cooperação (UJC) na Capital. Além disso, o Judiciário ampliou sua estrutura jurisdicional nas comarcas de Palhoça, Jaraguá do Sul, Blumenau, Pomerode, Concórdia e Gaspar, onde todas as unidades ganharam uma nova vara para julgamentos.

Foram instalados também, ao longo do ano, 18 novos Centros Judiciários de Resolução de Conflitos e Cidadania (Cejus), unidades em que se busca oferecer a oportunidade de conciliação. Santa Catarina, aliás, é estado precursor na busca de soluções alternativas para resolu-

ção de conflitos. Tanto que os mutirões de conciliação surgiram por aqui, nos anos 2000, ao tempo da presidência do desembargador Jorge Mussi – hoje ministro no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O modelo, anos depois, foi adotado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e transformado em política institucional do Judiciário nacional.

Neste ano, aliás, a Semana Nacional e Estadual da Conciliação em Santa Catarina resultou em números extremamente positivos. De 23 a 27 de novembro, em todo o estado, participaram 37 unidades judiciárias de 27 comarcas, com a obtenção de 2.445 acordos em 3.851 audiências realizadas - percentual de 63,5% de sucesso. A movimentação financeira decorrente dos acordos entabulados superou R\$ 6,7 milhões. Foram tratadas matérias, entre outras, nas áreas de família, violência contra a mulher, direito bancário, executivo fiscal e Juizados Especiais Cível e Criminal. Já na comarca da Capital, no mesmo período, ocorreu o Mutirão Extrajudicial, Recuperação de Crédito.

Os números demonstram o sucesso da empreitada: 848 acordos em 1.113 atendimentos realizados, com índice de sucesso de 76%. A movimentação financeira decorrente dos acordos ultrapassou R\$ 2,8 milhões.

(Fonte: Ascom/TJ-SC)